



Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus: a extensão universitária inserida em um trabalho de educação popular

Popular classes Carolina Maria de Jesus: the university extension inserted in a work of popular education

Leonardo Paes Niero¹
André Pereira da Silva²
João Pedro Nogueira Leroux³

Resumo

Este relato de experiência aborda a trajetória do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos *campus* Lagoa do Sino, no interior do estado de São Paulo desde o ano de 2016. Dentre as principais reflexões destacam-se: as relações sobre o território de atuação e sua ligação com a construção da educação popular dentro de um espaço pedagógico, o desafio em manter as atividades educativas durante a pandemia de Covid-19, as alternativas desenvolvidas e a relação da construção política da educação e sua importância na construção da extensão universitária. Esta experiência indica a potencialidade da construção de uma Universidade voltada aos interesses populares a partir da construção de uma prática educativa voltada à crítica social e ao engajamento na luta pela democratização do acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Sudoeste Paulista. Paulo Freire. Território. Democratização da educação

Abstract

This experience report addresses the trajectory of the Popular Classes Carolina Maria de Jesus, an extension project of the Federal University of São Carlos Lagoa do Sino campus, in the interior of the state of São Paulo since 2016. Among the main reflections, the following stand out: the relations on the territory of action and its

¹ Biólogo, mestre em Ecologia e Recursos Naturais, doutorando no programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - leonardoniero@usp.br

² Biólogo, mestre em Ecologia e Recursos Naturais, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - andrep.silva@ufscar.br

³ Biólogo e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - lerouxjnp18@gmail.com



connection with the construction of popular education within a pedagogical space, the challenge of maintaining educational activities during the Covid-19 pandemic, the alternatives developed and the relation of the political construction of education and its importance in the construction of university extensions. This experience indicates the potential of building a University focused on popular interests from the construction of an educational practice focused on social criticism and engagement in the struggle for the democratization of access to higher education.

Keywords: Southwest Paulista. Paulo Freire. Territory. Democratization of education.

1 Introdução

Os “Cursinhos Populares” possuem uma interessante literatura indicando grande diversidade de formatos organizativos, perspectivas educacionais, locais de atuação, relação com a extensão universitária, dentre outros temas. A caracterização do trabalho educativo do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ), um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Lagoa do Sino no interior do estado de São Paulo, assim como contextualização política e pedagógica de atuação territorial, demanda reflexões teóricas e práticas para que seja possível a compreensão de sua trajetória desde o ano de 2016 e suas contribuições com o campo do saber da extensão universitária.

Uma primeira compreensão a ser apontada é o surgimento do *campus* Lagoa do Sino. Inserido dentro do território denominado “Ramal da Fome”, localizado no sudoeste paulista, o *campus* é fruto de doação do escritor Raduan Nassar, o qual era proprietário da Fazenda Lagoa do Sino, incorporada à Universidade Federal de São Carlos no ano de 2014. O projeto pedagógico da Lagoa do Sino está voltado a três principais pilares: Desenvolvimento Sustentável Territorial, Soberania e Segurança Alimentar e Agricultura Familiar (UFSCar, 2022). Desta forma, tem em sua origem o compromisso de desenvolvimento territorial a partir das condições sociais e econômicas em que está inserido.

Uma das frentes de atuação da extensão universitária da Lagoa do Sino foi a construção do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus com o objetivo de contribuir



com o desenvolvimento do território a partir da educação, em especial a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de jovens e adultos das cidades de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre, todas inseridas no “Ramal da Fome” e situadas nas proximidades do *campus*. Com o intuito de avançar na relação em que o *campus* não fosse um elemento externo, imposto ao território, mas alheio aos direitos educativos de sua população.

As diretrizes da Lagoa do Sino, assim como os anseios do CMJ em construir um espaço educativo voltado à educação popular e a percepção da importância da extensão universitária, foram importantes elementos para o início de suas atividades no ano de 2016.

2 Os “primeiros passos” do CMJ - território, educação e extensão universitária

O grupo inicial de construção do CMJ contava com discentes, técnico-administrativos e docentes da UFSCar. Este grupo foi responsável por iniciar os debates sobre a construção de um cursinho popular no território como uma importante ferramenta de desenvolvimento territorial, um dos pilares de implementação da Lagoa do Sino.

Um dos primeiros esforços de reflexão estava baseado na compreensão do território em que estavam inseridos. A grande maioria deste grupo vinha de outras regiões do estado ou do país para o estudo ou para o trabalho. Como mencionado exhaustivamente por Paulo Freire (1987) a construção da educação popular demanda a compreensão do “chão que pisamos” e como é a leitura do mundo do povo dentro do território de atuação do espaço educativo.

O estudo preliminar mostrou que o “Ramal da Fome” (denominação que remete ao ramal ferroviário que serve o sudoeste paulista) é a região mais pobre do estado de São Paulo, carente de uma série de direitos sociais e com extrema exploração do trabalho e do meio ambiente. Alguns destes dados são referenciados no trabalho de Mota *et al.* (2019) e indicam baixos indicadores em relação à saúde, educação e emprego.



A caracterização do povo brasileiro, que Darcy Ribeiro (2015) traz em seu trabalho, diz sobre a formação do povo caipira e sua cultura. O autor afirma que os caipiras tiveram em sua formação social a exclusão dos direitos e a sua expulsão de áreas economicamente mais dinâmicas. Um povo marginalizado da dignidade humana no processo de colonização até os dias atuais. O “Ramal da Fome” é ainda uma área de conflito agrário, de um lado os camponeses e do outro o agronegócio que avança suas fronteiras para este território.

As condições concretas de vida do povo, assim como seus elementos da cultura caipira e sua leitura de mundo, foram base na discussão sobre os objetivos educacionais do CMJ e da importância da extensão universitária no contexto de desenvolvimento da Lagoa do Sino.³

A construção da concepção educativa estava (e ainda está) baseada nos conceitos da educação popular trazidos por Paulo Freire, em especial a partir da “Pedagogia do Oprimido” (1987) e da “Pedagogia da Esperança” (2014). Foi possível construir elementos da prática pedagógica voltados para a valorização do saber popular, na perspectiva dialética da história, de educandas/os e educadoras/es como sujeitos de transformação do mundo, da importância do processo de conscientização sobre a realidade e a centralidade do engajamento político para a mudança das condições de vida (FREIRE, 1987, 2014).

Em relação à extensão universitária a construção de um projeto educativo como o CMJ não poderia ser realizada somente com um viés assistencialista onde a

³ O nome de Carolina Maria de Jesus traz uma importante simbologia relacionada a esses objetivos. A autora de diversos livros teve seus diários “descobertos” pelo jornalista Audálio Dantas que ao deparar-se com cadernos velhos e escritos que retratavam o cotidiano das pessoas marginalizadas, em especial de Carolina e sua família, sabia que era um material muito rico e que poderia ser uma importante crítica sobre as reais condições de vida do povo brasileiro. Foi Dantas que fez a primeira edição para a publicação de “Quarto de Despejo” no ano de 1960 mantendo a forma original de escrita, erros ortográficos e gramaticais. A primeira edição teria 30 mil exemplares. Ainda no primeiro ano de lançamento, o livro teve oito edições e mais de 70 mil exemplares vendidos. Nos cinco primeiros anos o livro já havia sido traduzido em 14 idiomas e chegado a 40 países, contando também com uma ampla divulgação na imprensa brasileira e internacional. Na época, uma publicação considerável chegava a 4 mil exemplares. Carolina ultrapassou outros escritores brasileiros como Jorge Amado em interesse e publicações internacionais (MEIHY, 1998 e MACHADO, 2006).



Universidade, detentora de todo o conhecimento, simplesmente fosse capaz de levar “boas ações” para o território. As reflexões sobre a extensão universitária avançaram no sentido de trazê-la numa perspectiva de transformação da realidade e de cumprimento do papel social da Universidade (FREIRE, 2014).

Com o auxílio dos elementos trazidos por Freire (2014) o CMJ passou, coletivamente, a compreender que a construção da extensão universitária deveria estar a serviço dos interesses populares e na implicação prática da compreensão crítica da sua relação com a ciência universitária e a consciência das classes populares. Desse modo, buscou garantir a conjugação de dois importantes elementos: a compreensão da leitura de mundo do território e o conhecimento já produzido pela humanidade, assim como a capacidade de criação de novos conhecimentos baseados nos reais problemas enfrentados pela sociedade brasileira, o que inclui a educação básica e a histórica exclusão das camadas populares das cadeiras universitárias.

3 Trajetória de construção do CMJ

A partir da apresentação das reflexões que moldaram, e ainda fazem parte do cotidiano do CMJ, foi possível construir este espaço educativo como uma importante ferramenta da extensão universitária com vistas à democratização do acesso ao ensino superior e de construção da educação popular.

No ano de 2016 o CMJ contava com uma equipe de educadoras/es, incluindo as tarefas de organização interna como secretaria e finanças, de mais de 30 servidores e discentes da UFSCar Lagoa do Sino. Neste ano foram abertas as duas primeiras turmas do CMJ abrangendo os municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre, somando mais de 80 educandas e educandos.

Até o ano de 2020 o CMJ foi estruturando sua política de formação de educadoras/es a partir da leitura de livros e artigos relacionados à educação popular, à extensão universitária e às desigualdades sociais brasileiras, incluindo a estrutural construção do racismo, machismo e LGBTfobia como elementos de exclusão de negros, negras, mulheres e LGBTs do espaço político na sociedade, incluindo a



Universidade. Sendo assim, é importante salientar que essas formações desempenharam um papel fundamental na formação profissional de educadores/as, desenvolvendo competência como coletividade, empatia, pensamento crítico e comunicação. Dessa forma, esta experiência extensionista constituiu um relevante contato dos/as estudantes universitários/as com um sistema educacional pautado numa pedagogia crítica, popular, emancipatória e, por consequência, política (FREIRE, 1987, 2014).

A construção de parcerias com as prefeituras municipais dos municípios envolvidos no projeto também foi fundamental para que, em 2017, pudéssemos receber três turmas, atingindo um total de 120 educandas e educandos. Essas parcerias foram feitas de forma a garantir transporte e alimentação gratuitos para as/os participantes do projeto. Essa estrutura manteve-se até o ano de 2019, visto que com a pandemia as atividades presenciais tiveram que ser suspensas.

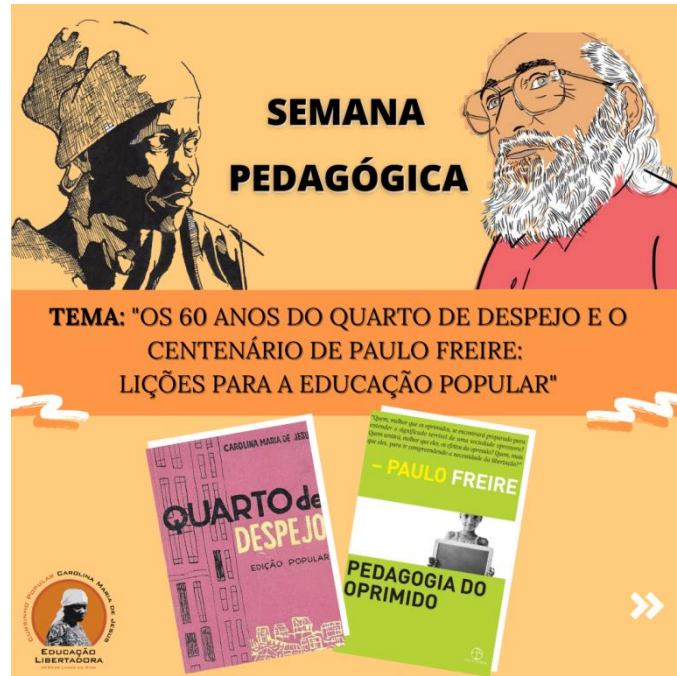
O período 2016-2019 foi marcado por dezenas de aprovações em universidades públicas e privadas. Assim como por um “desvendar” da construção pedagógica a partir da educação popular e sua relação com o território e com a visão de mundo de jovens e adultos.

Entre os principais desafios encontrados neste período pode-se destacar a construção de um modelo pedagógico capaz de conciliar a preparação para o ENEM com a discussão sobre a realidade vivenciada e as contradições sociais. Para isso, eram realizadas “Aulas Inaugurais” onde explicava-se os objetivos do CMJ, as “Semanas Pedagógicas” (Imagem 1) para a formação de educadoras/es a partir da leitura teórica que já foi assinalada no texto e as “Semanas de Acolhimento” realizadas no início dos períodos letivos com o intuito de elucidar o funcionamento do CMJ e sua perspectiva educacional e política. Também foram construídos os “Debates Temáticos” realizados às sextas-feiras trazendo temas como meio ambiente, discriminação étnico-raciais, o papel das mulheres e LGBTs na sociedade, apresentações dos cursos da Lagoa do Sino, projetos de pesquisa desenvolvidos por educadoras/es, juventude, educação e uma série de outros temas que eram debatidos previamente com educandas/os para que pudessem opinar quais temas seriam mais relevantes. Além da realização de duas



“Feiras de Profissões” com a presença de diversos profissionais nas mais variadas áreas para que pudessem explicar o cotidiano dos cursos e campos profissionais.

Imagem 1 - Divulgação da “Semana Pedagógica” realizada no ano de 2021.



Fonte: Acervo digital do Cursinho Carolina Maria de Jesus (2021)

Dentro da sala de aula o desafio da construção da educação popular também se fazia presente. A equipe pedagógica do CMJ possui uma rotatividade bem grande e não há no *campus* Lagoa do Sino nenhum curso voltado à formação docente (licenciaturas). Por isso, a construção pedagógica foi um desafio assumido coletivamente pelo conjunto do CMJ, de forma a trazer a crítica a perspectiva bancária da educação, elucidada por Freire (1987) e os elementos da cultura popular na construção de uma outra perspectiva pedagógica capaz de desvelar a realidade e, ao mesmo tempo, dar melhores condições para educandas/os para o acesso ao ensino superior.

Um elemento a ser ressaltado para a superação deste desafio foi a participação ativa de educandas/os na resolução de problemas e na construção dos conteúdos pedagógicos. Eram rotineiras as reuniões com as turmas para que pudessem avaliar



os educadores/as, as posturas de alguns educandos/as e as sugestões para que o CMJ pudesse avançar em seus objetivos. As ideias levantadas nas reuniões da coordenação pedagógica do CMJ eram debatidas com o conjunto de educandas/os e educadoras/es para que as decisões tomadas fossem fruto de um amadurecimento coletivo sobre os desafios da prática.

O lado de fora da sala de aula também foi (e continua sendo) um espaço que deve ser valorizado. Muitos educandos/as relatam a diferença com as escolas tradicionais a partir do acolhimento feito no CMJ, a possibilidade de ouvir e falar sobre os problemas, o cuidado e o zelo com a participação e a relação com as famílias. Inúmeros casos de contradições sociais que envolviam educandas/os chegaram até a coordenação pedagógica do CMJ como a discriminação e preconceitos vividos, a dificuldade em acompanhar os conteúdos, problemas de saúde com familiares, problemas financeiros que impediam os estudos, maridos/namorados que não permitiam que suas companheiras pudessem estudar, entre outros casos. Novamente esses problemas eram coletivizados com a equipe do cursinho para que pudessem ter um melhor acompanhamento por parte da coordenação e a sensibilidade necessária na construção das atividades educativas.

4 Pandemia e trabalho educativo a distância

No início de 2020 as atividades presenciais do CMJ foram suspensas em decorrência da grave crise instaurada pela Covid-19. Foi um momento de grande instabilidade na condução do CMJ, visto que não existia nenhuma experiência prévia de construção das atividades de forma virtual. Um dos debates levantados na coordenação pedagógica era: é possível construir a educação popular a distância?

Em um primeiro momento parecia uma tarefa quase impossível de ser realizada. Em relatos de outros cursinhos populares muitos deixaram de construir suas atividades por não terem condições de transitar seu modelo educativo do presencial para o virtual. Porém, havia um compromisso com os setores populares e



mesmo que o alcance das nossas atividades fosse reduzido era preciso manter o CMJ ativo e em permanente reflexão sobre seus desafios.

Os repasses que chegavam das escolas, as notícias, pesquisas e os próprios relatos de estudantes mostravam que o ensino remoto aprofundou ainda mais as desigualdades educacionais de nosso país. Os setores populares foram os que mais sofreram com a ausência de equipamentos e de conexão com a internet, espaços adequados para o estudo em casa e a necessidade de trabalho (em competição com o estudo) em um momento também de crise econômica.

Para o enfrentamento desta realidade o CMJ passou a organizar a equipe pedagógica de forma a construir os conteúdos de forma virtual e garantir a divulgação das atividades (Imagem 2). Foram produzidos vídeos, apresentações, mapas mentais, cartilhas, vídeo aulas, jogos interativos e uma série de materiais que ficaram disponibilizados em ambientes virtuais de aprendizagem. Além disso, semanalmente eram realizados espaços síncronos para diálogo sobre conteúdos, realização de exercícios e debates temáticos.

Mesmo com o esforço da equipe do CMJ a prática mostrou um contexto parecido com o que era visto nas escolas públicas. A participação de educandas/os no ano de 2020 foi baixíssima. Em 2021, com mais experiência, o CMJ conseguiu estruturar melhor seu processo de diálogo com educandas/os e construir metodologias mais ajustadas à realidade. A participação não foi tão relevante, visto que anualmente mais de 400 estudantes passavam pelos espaços do CMJ, porém foi possível atender pessoas de outras regiões do país, ampliando o projeto que contou com a aprovação de cinco educandas em instituições de ensino superior, a maioria em instituições públicas.



Imagem 2 – Card de divulgação para inscrições de educandas e educandos para as aulas virtuais.

Cursinho Popular
Carolina Maria de Jesus
PRORROGAÇÃO
INSCRIÇÕES
PARA TURMA 2021
Até **16/04**
Através do formulário:
<https://forms.gle/Ky786oHRzz511FLA8>

Aulas GRATUITAS, com foco no ENEM.
Durante o período de Pandemia, as aulas serão na modalidade à distância, assim que possível, retornaremos presencialmente.

Fonte: Acervo digital do Cursinho Carolina Maria de Jesus (2016)

Além disso, os dois anos de construção do CMJ na pandemia foram importantes para as discussões com a equipe pedagógica. Foi possível desenvolver uma série de reflexões sobre como superar os desafios impostos pela pandemia e como manter o projeto “vivo”, capaz de construir a educação popular e ser um projeto extensionista voltado às demandas populares. Uma série de formações foram realizadas, assim como as inúmeras reuniões sobre o debate de como construir uma metodologia ajustada à realidade, sempre em diálogo com educandas e educandos.

5 Considerações finais

O relato da experiência do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus buscou trazer elementos da prática política e pedagógica a partir da extensão universitária no “que fazer” da educação popular.



O estudo do território e da concepção de educação são elementos fundamentais na condução da educação popular, assim como muitos outros elementos de análise da sociedade a partir de um viés de oprimidos e oprimidas. E assumem importante papel na construção prática do espaço pedagógico. Nessa união cultural das ideias surgem os desafios cotidianos, de ordem política e pedagógica, que apontam saídas a partir da tomada coletiva de decisões e nas discussões sobre a realidade e a transformação social, também de ordem política e pedagógica.

A Universidade é um espaço político e, por isso, importante de ser disputado politicamente pelos setores populares. As práticas de extensão podem abrir portas para, como no caso do CMJ, ampliar as chances de participação desses setores nas cadeiras universitárias, assim como para o debate sobre o papel social da Universidade e a construção de uma pedagogia voltada à criticidade e à criatividade, elementos pouco vistos na educação tradicional dos dias de hoje.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário**. *Psicologia & sociedade*, v. 18, p. 105-110, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio**. *Revista USP*, n. 37, p. 82-91. 1998.

MOTA, Ilka de Oliveira; PEREIRA, André; NIERO, Leonardo Paes. **Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus da UFSCar Lagoa do Sino: sujeito, sentido e imaginário**. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé*, v. 11, n. 1, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.



RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online
ISSN: 0104-7035 impresso



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Lagoa do Sino**, 2022. O *campus*.
Disponível em <<https://www.lagoadosino.ufscar.br/o-campus>> . Acesso em: 02 de
abr. de 2022.